

## EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE: QUESTÕES DE GÊNERO EM PAULO FREIRE

Amábili Fraga <sup>1</sup>  
Carolina Lima Marques <sup>2</sup>

### RESUMO

O cenário da Educação perpassa por inquietações e indagações que nos levam a refletir sobre as práticas pedagógicas instauradas no cotidiano escolar. Esses anseios estão relacionados à busca por uma educação que possa contribuir na formação dos/as estudantes, frente a uma sociedade que vive em constante mudança. Considerando que a escola forma seus sujeitos, é necessário reconhecer que esse processo é vivenciado a partir de relações desiguais que precisam ser discutidas e questionadas. Nesse aspecto, tendo em vista que trabalhar com as questões de gênero dentro da educação nos dá suporte para ultrapassar os estereótipos culturalmente construídos, formando sujeitos aptos a reconhecer e a respeitar as diversidades, esse ensaio tem como objetivo apresentar a importância dos estudos de gênero a partir de uma perspectiva Freiriana de educação libertadora. Tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica e qualitativa. Conclui-se que a educação libertadora para Paulo Freire, como ato político e epistemológico, é imprescindível para a busca da transformação das práticas sociais excludentes que cessam a humanização de homens e mulheres. É necessário não apenas questionar o que é ensinado dentro desses espaços, mas também a forma como nós, professores e professoras, ensinamos. Trabalhar as questões de gênero e reconhecê-las estimula o respeito aos sujeitos em busca de uma educação libertadora onde os estudantes e professores, sejam sujeitos participativos do processo de mudança.

**Palavras-chave:** Gênero; Educação libertadora; Paulo Freire.

### INTRODUÇÃO

Desde o início do feminismo, com as manifestações do movimento sufragista na virada do século XIX, no qual as mulheres foram às ruas para reivindicar seu direito ao voto, a questão do gênero é levantada para que possa se discutir os seus papéis na sociedade contemporânea. Mas é a partir da década de 60 que, de fato, se iniciam os estudos da mulher, a partir das discussões políticas trazidas por militantes feministas dentro das universidades e escolas (LOURO, 2004). As diferenças físicas e biológicas entre os sexos foram usadas culturalmente durante o passar das décadas para inferiorizar as mulheres quanto a situação na qual se encontravam os homens. Essas diferenças tornaram-se culturais e por esse motivo foi necessário a discussão sobre o tema de gênero como uma categoria de análise, sendo possível a

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela UDESC/FAED; Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação, PPGE, da UDESC/FAED, atualmente é doutoranda do mesmo programa. Vinculada ao LEPEGEO – Laboratório de Estudos e Pesquisas de Educação em Geografia. E-mail: amabilifragaa@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela UDESC/FAED; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSC. Vinculada ao LEPEGEO – Laboratório de Estudos e Pesquisas de Educação em Geografia. E-mail: carolbertte@gmail.com

compreensão de tal construção social, com a finalidade de desnaturalizar a opressão feminina (REIS, 2015).

O cenário da Educação perpassa por inquietações e indagações que nos levam a refletir sobre as práticas pedagógicas instauradas no cotidiano escolar. Esses anseios estão relacionados à busca por uma educação que possa contribuir na formação dos/as estudantes, frente a uma sociedade que vive em constante mudança. Considerando que a escola forma seus sujeitos, é necessário reconhecer que esse processo é vivenciado a partir de relações desiguais que precisam ser discutidas e questionadas.

Assim como os estudos referente as mulheres, os estudos de gênero também estão cada vez mais presentes, tanto na sociedade, quanto nos espaços educativos, porém, ainda vemos grande resistência quando falamos em levar gênero para as salas de aula. Dessa forma, assumimos a importância das pesquisas referentes a esses temas e a necessidade de levar essas discussões para dentro das salas de aula da educação básica. A escola que temos hoje tem sua historicidade ligada ao final da idade média e à organização da sociedade moderna (PETITAT, 1994). Desde o seu início, está ancorada em mecanismos de disciplina e controle que, por muito tempo, se transformou em um espaço de produção de segregação, exclusivo para uma determinada classe social, no qual uma imensa maioria da população não tinha acesso à escola e era analfabeta. Com um sistema extremamente autoritário e conservador, a escola separava, inicialmente, adultos e crianças, católicos de protestantes, ricos e pobres, e até meninas e meninos. Foi um período marcado por desigualdades com uma rígida organização espacial da sala de aula, com rotinização das atividades e padronização de normas disciplinares, que contribuía para reforçar as diferenças.

Ao perceber a escola e seus espaços, podemos identificar que a formação dos sujeitos está associada ao cotidiano escolar. Os diferentes espaços presentes nela não são projetados da mesma forma por todas e todos (LOURO, 2004). É na escola que os/as estudantes começam a formar suas identidades, que as atitudes de meninas e meninos são absorvidas. “Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir” (LOURO, 2004, p. 61). Essa dinâmica, que por muito tempo foi naturalizada, passa a ser questionada e surgem movimentos que buscam mudanças de paradigmas e uma escola voltada para a diversidade dos/das estudantes oriundos/as de contextos diferentes e realidades distintas.

Dessa forma, buscamos uma educação onde professores e professoras trabalhem em prol da criticidade de seus estudantes, para que tenham consciência da sua condição social, indo em busca da sua autonomia. Considerando a educação de Paulo Freire (2011), encontramos um modelo educacional que se difere das práticas da escola tradicional, rejeitando elementos de

dominação. Nesse aspecto, tendo em vista que trabalhar com as questões de gênero dentro da educação nos dá suporte para ultrapassar os estereótipos culturalmente construídos, formando sujeitos aptos a reconhecer e a respeitar as diversidades, esse ensaio tem como objetivo apresentar a importância dos estudos de gênero a partir de uma perspectiva Freiriana de educação libertadora.

## **GÊNERO E FEMINISMO PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA**

Atualmente temos sido afetados com inúmeros retrocessos na vida política, com a perda de direitos que outrora foram conquistados. Nesse cenário, presenciamos uma parcela da sociedade que se coloca adversa as pautas feministas e as questões gênero, como se fosse preciso combatê-las, como se representassem uma ameaça. De acordo com Garcia (2011), se percorrermos a história do feminismo no mundo, é possível observar que esse movimento por vezes foi foco de campanhas que fizeram com que as pessoas acreditassem que ele fosse, de fato, um inimigo. Distorcendo a realidade de um feminismo que lutava pelos direitos das mulheres.

As desigualdades entre homens e mulheres produziram e produzem discursos que justificam essa prática. “Na Grécia Clássica e na tradição judaico-cristã, Pandora e Eva respectivamente desempenham o mesmo papel: o de demonstrar que a curiosidade feminina é a causa das desgraças humanas e da expulsão dos homens do Paraíso” (GARCIA, 2011, p. 12), se refletindo até hoje na sociedade. À vista disso, é imprescindível reconhecer a importância do feminismo frente a um mundo machista e preconceituoso. O feminismo “é uma consciência crítica que ressalta as tensões e contradições que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal” (GARCIA, 2011, p. 14). Desse modo, o feminismo se manifesta como político e social e podemos perceber a partir deles que:

A tomada de consciência feminista transforma - inevitavelmente - a vida de cada uma das mulheres que dela se aproximam, pois, a consciência da discriminação supõe uma postura diferente diante dos fatos. Supõe dar-se conta das mentiras - pequenas ou grandes - em que a história, a cultura, a economia, os grandes projetos, os pequenos detalhes do cotidiano estão alicerçados. Supõe enxergar os micromachismos, as pequenas manobras realizadas por muitos homens todos os dias para manter sob seu poder as mulheres e a estafa que supõe manter duplas ou mais jornadas de tarefas. Ser consciente de que estamos infra representadas na política e ver como a mulher é coisificada dia a dia na publicidade. Supõe saber que segundo a ONU uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de maus-tratos ou abuso. [...]Ele é como um motor que vai transformando as relações entre homens e mulheres e seu impacto é sentido em todas as áreas do conhecimento (GARCIA, 2011, p. 13-14).

A teoria feminista apresentou quatro conceitos que se tornaram indispensáveis para compreendermos a sociedade atual, sendo eles: o androcentrismo, o patriarcado, o sexismo e, finalmente, o gênero (GARCIA, 2011). Neste lugar, quando falamos de gênero, admitimos que o mesmo se refere ao modo como as diferenças sexuais entre homens e mulheres são construídas (SCOTT, 1995). Esta construção estaria ligada às particularidades socioculturais, que se modela de forma distinta para homens e mulheres, no qual é estabelecido o que é considerado feminino e masculino, bem como o que é destinado a cada um deles, imerso em um cenário político e identitário. Seria, assim, o conhecimento a respeito das diferenças sexuais e tudo o que é constituído a partir das relações sociais (SCOTT, 1995).

É importante salientar que a questão de gênero não é negar a biologia dos corpos, afinal, nos constituímos sobre corpos sexuados, mas sim de que maneira nos construímos social e historicamente a partir desses corpos construídos por tais características biológicas. Para Garcia (2011), o feminismo pode ser compreendido como uma lanterna que nos permite enxergar acontecimentos que foram conquistados sem a presença das mulheres e, por vezes, à custa dessas. Essa lanterna possibilita reconhecer que apesar de toda opressão as mulheres conseguiram lutar em busca de democracia. “Esta é a luz que ilumina os quartos escuros da intolerância dos preconceitos e dos abusos” (GARCIA, 2011, p. 14).

Quando falamos em igualdade de gênero, nos referimos as relações sociais que são traçadas entre homens e mulheres, nesse sentido “à igualdade de direitos de oportunidades e acesso aos recursos bem como a distribuição equitativa das responsabilidades relativas à família são indispensáveis ao bem-estar social” (ROSSINI, 2006, p.18). Sendo assim, a partir da igualdade de gênero, não devemos diferenciar os tratamentos entre feminino e masculino. Já ao dialogarmos sobre equidade, nos referimos “a igualdade de oportunidades, ao respeito pelas diferenças existentes entre homens e mulheres e as transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como a mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral” (ROSSINI, 2006, p.18). Aqui consideramos que as regras que regem uma sociedade devem adaptar-se às situações em busca de justiça.

Portanto, podemos concluir que “mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como ‘verdadeiras e verdadeiros’ “mulheres e homens” (LOURO, 2004, p. 34). Nesse sentido, julgamos que discutir questões de gênero torna-se urgente na busca pelo reconhecimento dos diferentes sujeitos, para que esses possam se reconhecer na sociedade e ocupar seu espaço. Trabalhar com essas questões é uma prática ainda

desconsiderada em diferentes espaços educativos e são essas convenções que decidem quem está incluso e quem está excluído desses espaços. A problematização e compreensão das relações de poder geradas a partir das relações de gênero permite que possamos reconhecer a existência de diferentes identidades, combatendo-se assim, as discriminações e corroborando para um ambiente menos desigual. Inserir as questões de gênero dentro de espaços formativos vai de encontro com alcançar a equidade e o respeito aos direitos humanos na sociedade.

Ao transgredir para a sala de aula, observamos que a inserção das questões de gênero dentro dos espaços escolares pode contribuir para alcançar a equidade e o respeito aos direitos humanos na sociedade. Tratar as relações de gênero na educação consiste em trabalhar com diversidades em movimento, desmistificando padrões construídos socialmente. Assim, a possibilidade de transformação das relações sociais encontra um ponto de apoio nos estudos de gênero na educação, confrontando uma sociedade heteronormativa. Combinar os estudos de gênero à educação auxilia na busca de políticas de construção do espaço respeitando as diferenças de gênero.

Admitindo então que a escola não apenas transmite e produz conhecimento, mas sim que ela forma seus sujeitos, é preciso reconhecer que essa formação se dá a partir de relações desiguais, através da manutenção de grupos separados (LOURO, 1997). Mais importante do que reconhecer essas práticas é questioná-las e discuti-las, é dar suporte para que os/as estudantes compreendam a importância de estudar estas temáticas e saibam que homens e mulheres têm os mesmos direitos e têm que ser reconhecidos/as na sociedade num patamar de igualdade. Ao inserir essas discussões no processo educativo e problematizar as relações de poder empregadas nesse lugar, dá-se espaço e visibilidade para as diferentes identidades, para que tais sujeitos possam se conhecer e se reconhecer.

Para Libâneo (2011) esse processo abarca um conjunto de processos, influências, estruturas e ações que influenciam a concepção do ser humano tanto individual, como coletivamente. Levando em consideração a relação que esse exerce com o meio natural e social. Ou seja, “a educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa” (LIBÂNEO, 2011, p. 9). Para Paulo Freire, a educação se concretiza como a com a conscientização tanto dos professores e professoras, quanto dos estudantes acerca dos seus conhecimentos quanto à realidade social opressora por intermédio dos processos de ensino e aprendizagem (MALLAGI, s/a).

Tais processos educativos buscam a conscientização tanto dos professores quanto dos alunos enquanto sujeitos pertencentes a esta realidade, para que, compreendendo-a de

forma crítica, possam se inserir em ações político-sociais de transformação prática dos condicionantes históricos que geram a opressão. (MALLAGI, s/a, p. 4).

Freire acredita que é necessário que os sujeitos compreendam que, como a realidade social de cada um influencia na forma como esses vivem e existem no mundo, essa realidade é resultado das práticas exercidas por esses, ou seja, sua práxis. “Logo, toda a realidade social (objetividade) é passível de ser revolucionariamente transformada pelos homens/mulheres em comunhão, por meio da ação-reflexão (práxis) coletivamente realizada.” (MALLAGI, s/a, p. 4). Para Bell Hooks (2017), a obra de Paulo Freire reconhece que a educação só se torna libertadora quando todos desfrutam do conhecimento adquirido. Nesse processo, os estudantes precisam ser participantes ativos da construção desse conhecimento e reconheçam a responsabilidade por suas escolhas. É necessário que haja a conscientização dos sujeitos da educação.

A obra de Freire, em seu entendimento das lutas de libertação, sempre enfatiza que este é o importante estágio inicial da transformação – aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas. (HOOKS, 2017, p. 67).

Dessa forma, a educação libertadora para Paulo Freire como ato político e epistemológico é imprescindível para a busca da transformação das práticas sociais excludentes que cessam a humanização de homens e mulheres. “Isto é, aquelas condições que, violentamente (física e simbólica), retiram-lhes as mediações objetivas e intersubjetivas necessárias a assunção coletiva de todos os seres humanos enquanto sujeitos da práxis.” (MALLAGI, s/a, p. 5). À vista disso, podemos entender que a proposta de educação libertária de Freire é uma educação conscientizadora, que busca reconhecer e transformar a realidade, onde educador e educando são conscientizados e adquirem autonomia para intervir sobre essa realidade (FREIRE, 2011).

Nessa perspectiva, ao inserirmos as discussões de gênero nesses espaços buscamos um ambiente escolar propício à debates, em que seja possível encontrar um espaço para críticas e compreensão das discussões em busca de um melhor convívio social e de um ambiente que reconheça e respeite as diferentes identidades que formam esse lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo em que a importância dos estudos de gênero na educação vem sendo reconhecido, ainda nos deparamos com muitas barreiras a serem enfrentadas. Existe, ainda,

muita resistência em discutir esse assunto nos espaços formativos, a sociedade ainda reconhece gênero como uma “ameaça” à escola, à família e às crianças. Assim como ainda defendem a construção dos sujeitos a partir do determinismo biológico, tornando invisível quem desvia do padrão homem e mulher imposto pela heteronormatividade. Essa prática pode ser vista, também, dentro da escola. A escola conserva práticas excludentes e desconsidera os debates de gênero.

As questões de gênero no ambiente escolar possuem a validade de quebrar com padrões impostos pela sociedade e dar espaços para os outros sujeitos que são considerados invisíveis dentro desses espaços. Percebe-se que trabalhar as relações de gênero é uma prática ainda desconsiderada pela escola. São essas convenções que decidem quem está incluso e quem está excluído do ambiente escolar. Quando um/a estudante se reconhece como um sujeito que desvia do processo de generificação, eles/elas são automaticamente excluídos do espaço escolar, que não reconhece esses sujeitos, tornando-os invisíveis. Ignorar essa situação faz com que esses/as não queiram frequentar esse ambiente, levando a evasão. É preciso que eles/elas se reconheçam nesse ambiente escolar, meninas ou meninos, e que se sintam incluídos/as. Trazer para as salas de aula discussões que vão desde os tratamentos utilizados, até produção e reprodução das concepções de gênero e sexualidade que invadem esses lugares, buscando-se interferir na manutenção dessas práticas dentro da escola.

É necessário não apenas questionar o que é ensinado dentro desses espaços, mas também a forma como nós, professores e professoras, ensinamos. Como essas estudantes aprendem? Como acontecem as relações sociais, culturais e afetivas na escola? Todos estes questionamentos necessitam estar acompanhados de um processo de autocrítica que contribua para repensar o papel da escola. Trabalhar as questões de gênero e reconhecê-las estimula o respeito aos sujeitos em busca de uma educação libertadora onde os estudantes e professores, sejam sujeitos participativos do processo de mudança.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MALAGGI, Vitor. **Pedagogia libertadora freiriana: princípios antropológicos, epistemológicos, sociopolíticos, éticos e seus pressupostos pedagógicos.** Rio Grande do Sul: Soledade, s/a.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. In: **Espaço e Cultura.** V. 38, 2015. Rio de Janeiro: UERJ, 2015, p.11 a 34.

ROSSINI, Rosa Ester. **Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na infância e na Adolescência:** Guia Prático para Educadores e Educadoras. São Paulo: USP-CNPq-NEMGE, 2ª edição Revista e ampliada, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade.** V. 20, nº 2, 1995. Porto Alegre: UFRS, 1995, p. 71 a 97.